

O Brasil deve crescer muito este ano. Talvez 7%.

Economia
Brasil

Pelo menos foi esse o número apresentado por Funaro e Sayad ao presidente Sarney. E significa, segundo os ministros, que a produção do País,



aumentando a esse ritmo, poderá atender ao crescimento do consumo. E, portanto, acabará com os riscos da pressão inflacionária.

Em sua primeira reunião com os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, depois da viagem a Portugal e Cabo Verde, o presidente José Sarney recebeu ontem uma boa notícia: as previsões sobre o crescimento da economia este ano, que indicavam uma expansão entre 5% e 6%, serão superadas. Analisando os dois primeiros meses de implantação da reforma econômica, os ministros calcularam que o País deve crescer 7% em 86, eliminando assim os riscos de um superaquecimento da economia, que seria indesejável.

As vendas de março e abril aumentaram em relação ao mesmo período do ano passado, quando a economia ainda estava saliendo da recessão. A avaliação real sobre o aumento de consumo se dará com os dados de maio, quando o governo espera um "ajustamento das vendas". A interpretação do governo, portanto, é de que o nível de consumo ainda é inferior ao registrado em 1980 e não causa maiores preocupações. Não teria havido, até agora, por causa do aumento de consumo, qualquer pressão inflacionária.

Para o Palácio do Planalto, esse dado parece suficiente para sinalizar positiva-

mente ao setor privado que o propósito governamental é manter o crescimento econômico. A partir de novas estimativas sobre a expansão do PIB — soma de bens e serviços produzidos no País —, o governo quer garantir as condições para sustentar o crescimento.

Com esse propósito, segundo discutiu-se na reunião entre Sarney, Sayad e Funaro, o Estado deverá aumentar seus investimentos em setores importantes para complementar os investimentos privados. É o caso de inversões nos setores petroquímico e elétrico. Nesse contexto, alguns projetos que foram desacelerados ano passado podem voltar a ser retomados para, uma vez concluídos, possibilitar um "salto qualitativo" da produção, com isso evitando pressões inflacionárias futuras por causa do crescimento do consumo.

Durante a reunião de ontem, o presidente José Sarney cobrou do ministro do Planejamento o Plano Plurianual de Investimento 1986-1990. Sayad prometeu que entrega o primeiro detalhamento no final de maio. O ministro disse que o Plano reafirma as prioridades com investimentos no campo social.

Projeções

Ao projetar crescimento médio de 7% ao ano para a economia, o governo procura demonstrar o peso positivo da reforma deflagra em 28 de fevereiro. Estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES —, elaborado antes do pacote econômico, assinala que este ano o País alcançará renda per capita de 1980. Em 1990, a renda per capita será, nas hipóteses consideradas pelo governo, 23% superior ao de 1980. Mesmo na nova conjuntura econômica, o BNDES mantém seu cenário macroeconómico.

Pelo seu estudo, o produto industrial cresce em média 8,7% ao ano, o produto dos serviços à taxa media de 7,8% ao ano e a agropecuária a 5,2%. A remessa de recursos para o Exterior deverá decrescer de 5,1%, em 1981, para 2,4% ao final da década. O consumo e o investimento crescerão a taxas elevadas. Em termos de taxas médias, o consumo crescerá 7,6% ao ano, o que significa um aumento do consumo per capita de mais de 5% anual, e o investimento a 12,4% por causa de recuperação maior no final do período.